

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Eventos

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-
Divulgação

23/05/2025 11:01:32



Este Evento de Suspensão será Publicado no D.O.U., Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 26/05/2025.

Resumo do Evento de Suspensão

Órgão		UASG Responsável		
14000 - JUSTICA ELEITORAL		70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA		
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90005/2025	Tradicional	Eletrônico	Aberto/Fechado
Lei		Critério de Julgamento		
Lei nº 14.133/2021		Menor Preço/Maior Desconto		
Tipo de Objeto				
Serviços Comuns				
Id contratação PNCP				
00509018000113-1-000944/2025				

Objeto

Contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do Estado da Bahia

Motivo do Evento de Suspensão

Análise do pedido de impugnação

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Suspensão	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
26/05/2025	A partir de 08/05/2025 às 08:00	Em 27/05/2025 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
70013	
Gestão	Empenho
00001	2025 NE 000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Suspensão

6.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a visualização das justificativas da banca para o deferimento ou indeferimento.

6.3 O edital de resultado provisório no desempate de notas será publicado no Diário Oficial da União e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/trf6_24, na data provável de 2 de junho de 2025.

Des. VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025 - UASG 70011

Nº Processo: 0000925-18.2025. Objeto: Contratação de 14 licenças de uso de software para realização de audiências e reuniões telepresenciais.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 26/05/2025 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Aristeu de Andrade, Nº 377, Farol - Maceió/AL ou <https://www.gov.br/compras/edital/70011-5-90019-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 26/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/06/2025 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ANDREA DE ALBUQUERQUE CESAR
Chefe da Seção de Licitações e Contratos em Substituição

(SIASGnet - 23/05/2025) 70011-00001-2024NE000032

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90005/2025

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 08/05/2025 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do Estado da Bahia

LUCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDECE - 23/05/2025) 070013-00001-2025NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90014/2025

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 14/05/2025 . Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de terceirização de mão-de-obra com a instalação de postos de serviço de limpeza, asseio, conservação e jardinagem, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de uniforme, material de limpeza, equipamentos e ferramentas necessárias, conforme as especificações do edital e seus anexos.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Assessora de Aquisições e Governança

(SIDECE - 23/05/2025) 070007-00001-2025NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2025 - UASG 70007

Nº Processo: 2024.0.0000227149. Objeto: Eventual aquisição de toner para impressora SAMSUNG compatível com os modelos:SL - M4020ND e multifuncional M4070FR novo, original da fabricante e para impressora HP Laserjet PRO, modelo: 4103FDW.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 26/05/2025 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Rua Dr. Pontes Neto, 800, Luciano Cavalcante - Fortaleza/CE ou <https://www.gov.br/compras/edital/70007-5-90018-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 26/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/06/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARIA DA CONCEICAO PINHEIRO NOGUEIRA
Pregoeira

(SIASGnet - 23/05/2025) 70007-00001-2025NE000001

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato N.º 54/2023, celebrado entre a União, através do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA. Objeto: visa acrescer 192 unidades do item 6 - licenças Office365 E1, correspondente a R\$ 178.617,60 (cento e setenta e oito mil seiscentos e dezessete reais e sessenta centavos), que equivalem a, aproximadamente, 15,02% do valor total atualizado do item contratado.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 5.º Termo de Apostilamento ao Contrato de N.º 14/2017, celebrado com a pessoa física VÂNIA MARIA CAVALCANTE VASCONCELOS. Objeto: a fim de reajustar retroativamente o valor mensal do contrato no percentual de 5,06% (cinco vírgula zero seis por cento), correspondente ao IPCA acumulado de 12 meses referente ao mês de fevereiro de 2025, passando o valor mensal de R\$ 2.510,76 (dois mil quinhentos e dez reais e setenta e seis centavos) para R\$ 2.637,80 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), a partir de 17 de fevereiro do corrente. SEI n.º 2025.0.000005953-6. Assina Des. Raimundo Nonato Silva Santos, Presidente do TRE/CE. Data: 23/05/2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2023, referente à restação de serviços de manutenção de segundo nível e recarga (NBR 12962/1998) de 440 (quatrocentos e quarenta) cilindros de extintores de incêndio, tipo de elemento ABC, capacidade 6 kg, com fornecimento de peças e demais insumos. SEI nº 0011024-56.2022.6.27.8000. Contratante: A União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Contratado: S AMORIM DOS SANTOS - NORTE EXTINTORES, CNPJ nº 15.578.915/0001-56. Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, com início em 24/05/2025 e término em 23/05/2026. Data de assinatura do signatário: 23/05/2025. Signatários: Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, Presidente do TRE/MA e SUSANNE AMORIM DOS SANTOS, Representante da empresa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2025 - UASG 070022

Nº Processo: 03284.2025-5. Pregão Nº 90034/2024. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO. Contratado: 35.858.504/0001-21 - BRASLYNC COMERCIO ELETRONICO LTDA. Objeto: Aquisição de cameras digitais - 300 unidades. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 23/05/2025 a 23/08/2025. Valor Total: R\$ 50.700,00. Data de Assinatura: 22/05/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 23/05/2025).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato 48/2022 - SEI Nº 02097.2025-5. CONTRATADA: METTA SERVICE SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.923.708/0001-10. OBJETO: prorrogação do Contrato nº 48/2022 por 12 (doze) meses, com início em 17/10/2025 e encerramento em 16/10/2026. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: pelo TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo - Diretor-Geral e, pela Contratada, Jakson Franque Cardoso.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2025 - UASG 070016

Número do Contrato: 8/2023. Nº Processo: 0004877-31.2022.6.12.8000. Pregão. Nº 3/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL. Contratado: 12.782.050/0001-57 - GM SAUDE LTDA. Objeto: Prorrogação do contrato de ginástica laboral presencial_12/5/2025 a 11/5/2026.. Vigência: 12/05/2025 a 11/05/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 27.364,48. Data de Assinatura: 03/04/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 03/04/2025).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025 - UASG 70014

Nº Processo: 0014949-79.2024.6. Objeto: Aquisição de 01 (uma) licença perpétua do CorelDRAW Graphics Suite 2024, sem a aquisição do Programa de Proteção de Upgrade/Manutenção. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/05/2025 das 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Prudente de Moraes, Nr. 100 - 6.andar, Bairro Cidade Jardim, - Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras/edital/70014-5-90027-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 26/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 10/06/2025 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

RAFAEL GUSTAVO SILVA RESENDE
Equipe de Apoio

(SIASGnet - 23/05/2025) 70014-00001-2025NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2025 - UASG 070004

Nº Processo: 0004014-16.2025.6.14.8000. Não se Aplica Nº 0/0000. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA. Contratado: 06.278.290/0001-16 - ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL WARISLANDIA. Objeto: Cessão de uso, a título de empréstimo gratuito pelo cedente ao cessionário, de 02 (duas) urnas eletrônicas em perfeitas condições de uso e funcionamento, e mais 01 (uma) urna que será utilizada para contingência, se for necessário, totalizando 03 (três) urnas.. Fundamento Legal: NÃO SE APLICA. Vigência: 21/05/2025 a 16/07/2025. Valor Total: R\$ 0,00. Data de Assinatura: 21/05/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 23/05/2025).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 - UASG 70004

Nº Processo: 0002334-93.2025.. Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de apoio técnico às zonas eleitorais para realização das Eleições Suplementares que vierem a ocorrer no Estado do Pará no biênio 2025-2026 (Técnicos de Urna), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e atuação por prazo determinado... Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/05/2025 das 08h00 às 15h00. Endereço: Rua Joao Diogo, 288, Campina - Belém/PA ou <https://www.gov.br/compras/edital/70004-5-90006-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 26/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/06/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

ROBSON DE FREITAS COSTA
Pregoeiro

(SIASGnet - 23/05/2025) 70004-05606-2025NE999999





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

SEI Nº 0022605-12.2024.6.05.8000

Informamos que o processo licitatório referente ao Pregão 90005-2025 encontra-se suspenso, segundo publicação no DOU (doc 3355261 para análise do pedido de impugnação apresentado pela licitante FORT CONTROL CONTROLE DE PRAGAS.

Gilson Conceição

Analista Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 26/05/2025, às 12:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3355268** e o código CRC **8EA474C7**.

0022605-12.2024.6.05.8000

3355268v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0022605-12.2024.6.05.8000
INTERESSADO : SEADIN/SEAQUI/SELIC
ASSUNTO : Impugnação - Pregão Eletrônico nº 90005/2025

PARECER nº 219 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise da **impugnação ao edital** (doc. nº 3350291), interposta pela empresa VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADERES – FORT CONTROL (CNPJ 29.709.951/0001-16), em face do **Pregão Eletrônico nº 90005/2025** (doc. nº 3329489), com sessão de abertura

prevista para ocorrer em 27/05/2025^[1], às 9:00 horas e cujo objeto consiste na contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2. Em síntese, a VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADERES – FORT CONTROL, signatária do referido documento, sustenta que o preço estimado pela Administração para a contratação, qual seja R\$ 60.396,80 (sessenta mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), para a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, é inexecutável e incompatível com o praticado no mercado, já que não considerou custos a serem assumidos pela futura contratada, tais como deslocamento de equipe, produtos químicos regulamentados pela ANVISA, equipamentos de proteção e logística em área rural (para algumas localidades), uma vez que a licitação adotará como critério de julgamento o menor preço por lote.

2.1. A título de exemplo, a impugnante cita a localidade de Itiúba e faz os seguintes apontamentos:

- Custos operacionais: Deslocamento de equipe, produtos químicos regulamentados pela ANVISA, equipamentos de proteção e logística em área rural.
- Área a ser atendida: 32 m² (conforme Anexo A), com necessidade de múltiplas intervenções por aplicação;
- Preço total do item: R\$ 33,28 (conforme Anexo II);

- O contrato abrange 4 aplicações por local em 24 meses, sendo 1 a cada semestre, como previsto nos itens do Termo de Referência;
- Os serviços exigem profissionais habilitados, insumos controlados e licenças ambientais e sanitárias específicas (vide exigências das seções 3.2 e 3.3 do Termo de Referência);
- Municípios como Itiúba, distantes dos grandes centros, impõem custos logísticos e operacionais significativos, como deslocamento, alimentação e permanência da equipe técnica;
- Conclusão: O valor unitário de R\$ 8,32 por aplicação é inviável financeiramente, inviabilizando a execução técnica adequada.”

2.2. Além disso, registrou que: *“o aludido serviço, detém custos fixos e variáveis para a sua execução, consubstanciados em: Deslocamento (veículo, combustível, depreciação); Insumos (produtos químicos e material); Pessoal (Responsável Técnico, Homem Hora, Encargos); Equipamentos essenciais para execução dos serviços, assim como os Impostos devidos. O valor contraria os parâmetros de mercado para serviços especializados, que demandam licenças sanitárias, responsável técnico registrado e insumos de qualidade (Resolução RDC 622/2022 da ANVISA).”*

2.3. Sustentou, ainda, que a adoção de preço estimado inferior ao praticado no mercado contraria os termos do art. 23 da [Lei nº 14.133/2021](#) e pode comprometer a qualidade do serviço, bem como, a conformidade com os padrões técnicos exigidos, trazendo riscos à Administração.

2.4. Por fim, pleiteou, com base no princípio da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa à Administração, a revisão dos valores estimados, de modo a evitar a contratação de empresa que não detenha capacidade para executar o objeto ou a frustração da licitação.

3. Neste contexto, com a finalidade de subsidiar a sua manifestação (doc. nº 3350292), o pregoeiro submeteu a questão, previamente, à SEAQUI, unidade responsável pela elaboração da estimativa de preços, a qual pontuou (doc. nº 3351142):

“Em atendimento ao Despacho do Pregoeiro (3350292), seguem considerações.

Pleiteia-se a contratação do serviço para 104 itens, cada item correspondendo a uma edificação ocupada pela Justiça Eleitoral no interior do Estado.

Nos Estudos Preliminares, a área demandante apurou um valor de R\$ 97.733,45 (noventa e sete mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) para a solução, sendo o valor por metro quadrado correspondente a R\$ 0,41 (quarenta e um centavos). Este valor se situa razoavelmente próximo do que estimamos, de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) por metro quadrado.

Em breve levantamento, constatamos que o imóvel de menor área comporta 18,18 m², enquanto o maior estende-se por 7392 m². A área média dentre os 104 imóveis é de 573 m², e a extensão mediana é de 204,5 m².

Cada um dos imóveis possui características singulares, quanto à área, número de cômodos, localização, clima do local, infestações, etc., que inviabilizam a análise individualizada da composição dos custos em sede de estimativa, sendo razoável tomar como variável a área a receber o serviço, e assim foi feito, tanto no ETP quanto na estimativa desta Seção.

Por outro lado, parece-nos pertinente a argumentação da Impugnante quanto ao preço, especialmente em localidades de menor área. Foi apresentado como exemplo o imóvel em Itiúba, cujo serviço foi estimado por esta Seção sob o valor de R\$ 33,28 (trinta e três reais e vinte e oito centavos). Há que se reconhecer, ainda, que o agrupamento de itens pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote, situação que não se observaria, por exemplo, se uma desinsetizadora com sede em Itiúba fosse contratada para execução do serviço apenas naquela localidade.

Tendo em conta que nossa pesquisa pretérita (3216647) tomou como referência tão somente os preços por metro quadrado, parece-nos ser possível um refinamento, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior. É importante, todavia, ter em consideração que o valor total da contratação tenderá a aumentar, em caso de revisão da estimativa nos moldes que aqui vislumbramos.

Além disso, havendo notícia de que se pleiteia a redução do período de garantia dos serviços, é de se perguntar se a Administração aumentará a periodicidade das aplicações dos praguicidas, tendo em mente que isso também virá a repercutir a maior no valor total da contratação.” (Grifei)

4. O pregoeiro designado para conduzir o certame, de seu turno, manifestou-se conforme segue (doc. nº 3351546):

“(…) IV – DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeitas harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, com fulcro no quanto contido na manifestação da SEAQUI, DOC sei nº 3351142, cujos alguns excertos seguem abaixo, entendo, smj, procedente a alegação apresentada pela empresa impugnante.

V - DA MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO.

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, e com fulcro na manifestação da SEAQUI, constante no doc SEI nº 3351142, somos favoráveis ao Pedido de Impugnação ao edital, e, nos termos da condição editalícia nº 18.2.b), submeto à Diretoria- Geral para apreciação e decisão. **(Destaquei)**

É o breve relatório.

5. Preliminarmente, faz-se necessário registrar a tempestividade da medida, uma vez que o art. 164 da [Lei nº 14.133/2021](#), reproduzido na condição 18.1 do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90005/2025**, determina que a impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei, deve ser interposta no prazo de até 3 (três) dias que antecedem à data fixada para a abertura da sessão pública. Considerando, portanto, que a sessão estava agenda para 27/05/2025 (doc. nº 3329489) e que o prazo se encerraria no dia 24/05/2025, a impugnação apresentada em 21/05/2025 (doc. nº 3350291) foi tempestiva. De outro turno, a lei prescreve que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital, assim, passemos à análise de mérito.

6. No que concerne ao mérito, a presente Impugnação pauta-se, de forma central, na inexecuibilidade do preço estimado da contratação, uma vez que o valor estaria muito abaixo do praticado no mercado, se considerados cada item isoladamente, bem como, as especificações exigidas para o serviço, o que inviabilizaria a sua adequada prestação.

7. Vislumbra-se que uma vez instada pelo pregoeiro, a SEAQUI, unidade responsável pela elaboração da estimativa no âmbito deste Tribunal, reconheceu que o agrupamento de itens por lote pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote. Ponderou, além disso, que caberia um refinamento na elaboração do preço, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior, uma vez que se tomou por parâmetro, tão somente, o valor do m², conforme praticado perante a Administração em pregões.

8. Neste contexto, corroboramos *in totum* com o posicionamento do Pregoeiro e opinamos, portanto, pelo acolhimento da impugnação *sub analis*.

9. Em tempo, tendo em vista o quanto estabelecido no §8º do art. 1º da [Portaria](#)

[TRE/BA nº 742/2022](#), considerando as características singulares conferidas à presente licitação, em razão do agrupamento de itens em lotes^[2], que impõe a execução dos serviços em diversas localidades, sendo que os imóveis abrangidos pela contratação também possuem suas peculiaridades, sugerimos que o aprimoramento da estimativa seja realizada por meio de consulta direta ao mercado fornecedor, de forma combinada com outros critérios, conforme previsto no §2º, do art. 1º da [Portaria TRE/BA nº 742/2022](#), para que o preço estimado seja o mais fidedigno possível.

9.1. Convém mencionar que em licitação anterior com mesmo objeto, realizada em 2019, e portanto, anterior à [Portaria TRE/BA nº 742/2022](#), a estimativa foi elaborada por meio de consulta direta ao mercado (doc. nº 0075615) e naquela ocasião o preço estimado foi fixado em R\$ 458.214,13 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e catorze reais e treze centavos), sendo contratado pelo total de R\$ 160.150,81 (cento e sessenta mil cento e cinquenta reais e oitenta e um centavos), após o certame (doc. nº 0075702 e nº 0075707). Cabe pontuar que, *in casu*, a elaboração da estimativa feita exclusivamente com base em consulta ao mercado fornecedor, ensejou o sobrepreço, mas não houve superfaturamento, já que o valor contratado foi significativamente mais baixo. A norma atual prevê que para a elaboração da estimativa devem ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 2º da [Portaria TRE/BA nº 742/2022](#)^[3], o que não, porém, afasta a possibilidade de busca ao mercado fornecedor, recomendada na presente situação.

9.2. Cumpre destacar, ainda, em retratação à omissão em nosso anterior opinativo (doc. nº 3239029), que para a definição do preço preliminar, constante do tópico 10 do ETP, em razão das já referidas especificidades da contratação, seria pertinente que a unidade demandante tomasse como parâmetro inicial os valores praticados nas contratações de mesmo objeto que ainda estavam vigentes, abrangidas pelos CT nº 72/2019, CT nº 73/2019 e CT nº 77/2019. Neste caso, o preço preliminar partiria do montante de R\$ 107.892,29 (cento e sete mil oitocentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)^[4] para o período de 1 (um) ano.

10. Por fim, é importante registrar que, previamente, a unidade demandante (SEADIN) deve avaliar as repercussões da redução do prazo de garantia do serviço para 90 (noventa) dias (doc. nº 3349343), conforme lembrado pela SEAQUI, fazendo as adequações necessárias ao ETP e ao Termo de Referência, conforme o caso.

É o parecer, *sub censura*.

^[1] A SELIC informou a suspensão do processo licitatório para análise do presente pedido de Impugnação ao Edital (doc. nº 3355268).

^[2] O agrupamento dos itens em lotes foi justificado no item 6.2 do ETP (doc. nº 3314904), em razão da quantidade de imóveis nos quais os serviços seriam prestados (104 locais), os quais se encontram pulverizados por todo Estado da Bahia, que possui grande extensão territorial, fato que inviabilizaria o

gerenciamento de forma individualizada pela SEADIN. Ademais, em nosso opinativo reconhecemos que o agrupamento dos itens em lotes tornaria a licitação economicamente mais atraente, diminuindo as chances de fracasso do certame (doc. nº 3239029).

[3] I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

[4] O valor foi definido com base no somatório dos preços dos Apostilamentos de Reajustes mais recentes dos respectivos contratos (doc. nº 2255458, (doc. nº 2298901) e (doc. nº 2312508).



Documento assinado eletronicamente por **Vivienne Silva Lamenha Lins Dantas, Assessora Substituta**, em 29/05/2025, às 13:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3358051** e o código CRC **348C61E8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASJUR1

De acordo com o Parecer nº 219/2025.

À ASSED.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 29/05/2025, às 08:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3360452** e o código CRC **73B17F62**.

0022605-12.2024.6.05.8000

3360452v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3362466 / 2025 - PRE/DG/ASSED

Tramitam os autos para apreciação de impugnação ao edital do **Pregão Eletrônico n.º 90005/2025**, formulada empresa VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADERES - FORT CONTROL (CNPJ 29.709.951/0001-16), documento n.º 3350291.

Tratando-se de ponderações referentes ao preço estimado da contratação, o NUP submeteu à análise da SEAQUI, que informou em documento n.º 3351142:

“Em atendimento ao Despacho do Pregoeiro (3350292), seguem considerações.

Pleiteia-se a contratação do serviço para 104 itens, cada item correspondendo a uma edificação ocupada pela Justiça Eleitoral no interior do Estado.

Nos Estudos Preliminares, a área demandante apurou um valor de R\$ 97.733,45 (noventa e sete mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) para a solução, sendo o valor por metro quadrado correspondente a R\$ 0,41 (quarenta e um centavos). Este valor se situa razoavelmente próximo do que estimamos, de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) por metro quadrado.

Em breve levantamento, constatamos que o imóvel de menor área comporta 18,18 m², enquanto o maior estende-se por 7392 m². A área média dentre os 104 imóveis é de 573 m², e a extensão mediana é de 204,5 m².

Cada um dos imóveis possui características singulares, quanto à área, número de cômodos, localização, clima do local, infestações, etc., que inviabilizam a análise individualizada da composição dos custos em sede de estimativa, sendo razoável tomar como variável a área a receber o serviço, e assim foi feito, tanto no ETP quanto na estimativa desta Seção.

Por outro lado, parece-nos pertinente a argumentação da Impugnante quanto ao preço, especialmente em localidades de menor área. Foi apresentado como exemplo o imóvel em Itiúba, cujo serviço foi estimado por esta Seção sob o valor de R\$ 33,28 (trinta e três reais e vinte e oito centavos). Há que se reconhecer, ainda, que o agrupamento de itens pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote, situação que não se observaria, por exemplo, se uma desinsetizadora com sede em Itiúba fosse contratada para execução do serviço apenas naquela localidade.

Tendo em conta que nossa pesquisa pretérita (3216647)

tomou como referência tão somente os preços por metro quadrado, parece-nos ser possível um refinamento, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior. É importante, todavia, ter em consideração que o valor total da contratação tenderá a aumentar, em caso de revisão da estimativa nos moldes que aqui vislumbramos.

Além disso, havendo notícia de que se pleiteia a redução do período de garantia dos serviços, é de se perguntar se a Administração aumentará a periodicidade das aplicações dos praguicidas, tendo em mente que isso também virá a repercutir a maior no valor total da contratação.” (grifos aditados)

Em manifestação constante do documento n.º 3351546, o Pregoeiro se pronunciou pelo deferimento da impugnação, nos seguintes termos:

“[...]

IV – DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeitas harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, com fulcro no quanto contido na manifestação da SEAQUI, DOC sei nº 3351142, cujos alguns excertos seguem abaixo, entendo, smj, procedente a alegação apresentada pela empresa impugnante.

V – DA MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO.

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, e com fulcro na manifestação da SEAQUI, constante no doc SEI nº 3351142, somos favoráveis ao Pedido de Impugnação ao edital, e, nos termos da condição editalícia nº 18.2.b), submeto à Diretoria- Geral para apreciação e decisão.”

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, ao enfrentar a matéria, pronunciou-se em Parecer n.º 219, documento n.º 3358051, pelo acolhimento da impugnação, nos termos a seguir indicados:

“[...]

5. Preliminarmente, faz-se necessário registrar a tempestividade da medida, uma vez que o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, reproduzido na condição 18.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2025, determina que a impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei, deve ser interposta no prazo de até 3 (três) dias que antecedem à data fixada para a abertura da sessão pública. Considerando, portanto, que a sessão estava agenda para 27/05/2025 (doc. nº 3329489) e que o prazo se encerraria no dia 24/05/2025, a impugnação

apresentada em 21/05/2025 (doc. nº 3350291) foi tempestiva. De outro turno, a lei prescreve que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital, assim, passemos à análise de mérito.

6. No que concerne ao mérito, a presente Impugnação pauta-se, de forma central, na inexecuibilidade do preço estimado da contratação, uma vez que o valor estaria muito abaixo do praticado no mercado, se considerados cada item isoladamente, bem como, as especificações exigidas para o serviço, o que inviabilizaria a sua adequada prestação.

7. Vislumbra-se que uma vez instada pelo pregoeiro, a SEAQUI, unidade responsável pela elaboração da estimativa no âmbito deste Tribunal, reconheceu que o agrupamento de itens por lote pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote. Ponderou, além disso, que caberia um refinamento na elaboração do preço, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior, uma vez que se tomou por parâmetro, tão somente, o valor do m², conforme praticado perante a Administração em pregões.

8 . Neste contexto, corroboramos *in totum* com o posicionamento do Pregoeiro e opinamos, portanto, pelo acolhimento da impugnação *sub analis*.

9. Em tempo, tendo em vista o quanto estabelecido no §8º do art. 1º da Portaria TRE/BA nº 742/2022, considerando as características singulares conferidas à presente licitação, em razão do agrupamento de itens em lotes[2], que impõe a execução dos serviços em diversas localidades, sendo que os imóveis abrangidos pela contratação também possuem suas peculiaridades, sugerimos que o aprimoramento da estimativa seja realizada por meio de consulta direta ao mercado fornecedor, de forma combinada com outros critérios, conforme previsto no §2º, do art. 1º da Portaria TRE/BA nº 742/2022, para que o preço estimado seja o mais fidedigno possível.

9.1. Convém mencionar que em licitação anterior com mesmo objeto, realizada em 2019, e portanto, anterior à Portaria TRE/BA nº 742/2022, a estimativa foi elaborada por meio de consulta direta ao mercado (doc. nº 0075615) e naquela ocasião o preço estimado foi fixado em R\$ 458.214,13 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e catorze reais e treze centavos), sendo contratado pelo total de R\$ 160.150,81 (cento e sessenta mil cento e cinquenta reais e oitenta e um centavos), após o certame (doc. nº 0075702 e nº 0075707). Cabe pontuar que, in casu, a elaboração da estimativa feita exclusivamente com base em consulta ao mercado fornecedor, ensejou o sobrepreço, mas não houve superfaturamento, já que o valor contratado foi significativamente mais baixo. A norma atual prevê que para a elaboração da estimativa devem ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do art. 2º da Portaria TRE/BA nº 742/2022[3], o que não, porém, afasta a possibilidade de busca ao mercado fornecedor, recomendada na presente situação.

9.2. Cumpre destacar, ainda, em retratação à omissão em nosso anterior opinativo (doc. nº 3239029), que para a definição do preço preliminar, constante do tópico 10 do ETP, em razão das já referidas especificidades da contratação, seria pertinente que a unidade demandante tomasse como parâmetro inicial os

valores praticados nas contratações de mesmo objeto que ainda estavam vigentes, abrangidas pelos CT nº 72/2019, CT nº 73/2019 e CT nº 77/2019. Neste caso, o preço preliminar partiria do montante de R\$ 107.892,29 (cento e sete mil oitocentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)[4] para o período de 1 (um) ano.

10. **Por fim, é importante registrar que, previamente, a unidade demandante (SEADIN) deve avaliar as repercussões da redução do prazo de garantia do serviço para 90 (noventa) dias (doc. nº 3349343), conforme lembrado pela SEAQUI, fazendo as adequações necessárias ao ETP e ao Termo de Referência, conforme o caso.**" (grifos originais e aditados)

Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 n.º 219/2025, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **conheço da impugnação ao Edital do Pregão n.º 90005/2025**, apresentada pela empresa VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADERES – FORT CONTROL (CNPJ 29.709.951/0001-16), e, **no mérito, julgo a mesma procedente.**

Assim, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para ciência e providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida e publicação da decisão.
- à SGS, para conhecimento atentando-se para as recomendações contidas no supracitado parecer, bem como adequações necessárias no ETP e Termo de Referência, conforme indicado no opinativo jurídico.
- à SGA, para ciência.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 30/05/2025, às 13:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3362466** e o código CRC **070D1428**.

Assunto Re: PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO - P.E. Nº 90005/2025

De Fort Control <licitacaofortcontrol.ba@gmail.com>

Para Lúcio Roberto de Oliveira <000511240728@tre-ba.jus.br>

Data quarta-feira 21 de maio de 2025 16:29:14

Prezado Sr. Lúcio Roberto de Oliveira,
Pregoeiro – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Venho, por meio deste, apresentar **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2025**, promovido por esse Tribunal, conforme previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

A presente impugnação fundamenta-se na **inexequibilidade dos preços estimados no certame**, os quais não se mostram compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado. Tal incompatibilidade compromete a competitividade do processo licitatório, podendo resultar na contratação de serviço com qualidade inferior, conforme alerta o art. 23, da mencionada Lei, que exige a compatibilidade dos preços estimados com os praticados no mercado.

Dessa forma, requer-se a reavaliação dos preços estimados no edital, de modo a assegurar a viabilidade econômica da contratação e garantir a ampla participação de licitantes, conforme os princípios da legalidade, isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Em qua., 21 de mai. de 2025 às 12:45, Lúcio Roberto de Oliveira <000511240728@tre-ba.jus.br> escreveu:

Senhor licitante, boa tarde.

Diante de seu questionamento quanto ao prazo de garantia dos serviços, submetemos seu pedido de esclarecimento para prévia manifestação por parte da unidade demandante, a fim de subsidiar a manifestação do pregoeiro, quanto a esse item do aludido questionamento, bem como quanto aos demais questionamentos.

Por oportuno, ressalto que, de posse da resposta da unidade demandante, enviar-lhe-emos oportunamente a manifestação do pregoeiro, bem como será publicada tempestivamente no Portal da Transparência deste Tribunal e no Portal de Compras.

Lúcio Roberto De Oliveira
PREGOEIRO

Técnico Judiciário | SELIC
7084

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o

remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Fort <licitacaofortcontrol.ba@gmail.com>

Para: Iroliveira <Iroliveira@tre-ba.jus.br>

Data: terça-feira, 20 de maio de 2025 às 16:57 -03

Assunto: Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - P.E. Nº 90005/2025

Prezado(a),
Boa tarde!

Além do pedido de esclarecimento anterior, informamos:

- A GAT (Garantia de Assistência Técnica) foi estabelecida pelo mercado com base em experiências técnicas agregadas às características biológicas e comportamentais do vetor ou da praga-alvo, do efeito residual dos produtos químicos utilizados, das condições físicas e ambientais do local que sofre a ação de controle e da metodologia de aplicação, por isso, a garantia trabalhada no mercado é de 90 dias.

Sendo que os senhores informaram que a garantia dos serviços será de 6 meses.

Atenciosamente,

Em ter., 20 de mai. de 2025 às 16:54, Fort Control <licitacaofortcontrol.ba@gmail.com> escreveu:

Prezados,

Boa tarde!

Após análise detalhada do edital do Pregão Eletrônico 90005/2025, observamos que o valor total informado para a contratação dos serviços é de R\$ 60.396,80, considerando o período de 24 meses. De acordo com o mesmo edital, está prevista a prestação de garantia por 6 meses, o que implica em 4 aplicações por local ao longo do contrato.

Dessa forma, gostaríamos de confirmar se o valor total mencionado (R\$ 60.396,80) já contempla essas 4 aplicações em cada um dos 104 locais especificados.

Caso afirmativo, destacamos que o valor estimado por local em algumas regiões, como por exemplo Itiúba (cujo valor por aplicação é de aproximadamente R\$ 8,32), torna a execução do serviço inviável financeiramente, considerando os custos logísticos e operacionais envolvidos.

Diante disso, solicitamos gentilmente esclarecimentos quanto à metodologia de

composição do valor global estimado, bem como sobre a expectativa real de execução e garantias previstas, a fim de avaliarmos adequadamente nossa participação no certame.

Agradecemos desde já pela atenção e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

--
--

Larissa Moura

Setor de Licitação

FORT CONTROL - Controle de Pragas

Mobile/whatsapp: +55 71 99378-9998 / 99234-1242 / 4141-0713



--
--

Larissa Moura

Setor de Licitação

FORT CONTROL - Controle de Pragas

Mobile/whatsapp: +55 71 99378-9998 / 99234-1242 / 4141-0713



--
--

Larissa Moura

Setor de Licitação

FORT CONTROL - Controle de Pragas

Mobile/whatsapp: +55 71 99378-9998 / 99234-1242 / 4141-0713



Anexos

Impugnacao_-_Fort_Control_assinado.pdf (423 kB)



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº
90005/2025 – TRE/BA

À
Comissão Permanente de Licitação – TRE/BA
A/C: Pregoeiro Sr. Lúcio Roberto de Oliveira

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90005/2025 – Impugnação por preço inexequível

Senhor Pregoeiro,

VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADARES, nome fantasia FORT CONTROL, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob 29.709.951/0001-16, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 27, Centro, CEP 44245-000, Conceição do Jacuípe - Bahia, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e razões a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE.

A presente impugnação é plenamente tempestiva, vez que requerida dentro do prazo legal, nos exatos termos do edital.

18.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA

18.1.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro, via e-mail lroliveira@tre-ba.jus.br, ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-dosei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

Diante disso, da comprovada tempestividade, visto que a licitação ocorrerá no dia 27 de maio 2025, requer o seu devido processamento na forma da Lei.

II – SÍNTESE DO OBJETO

O presente certame tem por objeto a contratação de **serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização** em imóveis da Justiça Eleitoral em diversos municípios do interior da Bahia, com vigência contratual de **24 meses**, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

III – DOS FATOS E FUNDAMENTO DE DIREITO.

DA INEXEQUIBILIDADE DOS VALORES ESTIMADOS.

De acordo com o Edital, o preço máximo para a contratação, consubstancia-se em:

A estimativa de preços divulgada pela Administração Pública deve condizer a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e outorgar que o contratado aufera lucro.

Decorre que, da análise do referido Edital de licitação e seus anexos, é possível averiguar que, tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois nem ao menos cobre os custos para a execução dos serviços e manutenção, tratando-se de preços integralmente inexequíveis, que fundam a presente impugnação.



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA



Por conseguinte, a ilegalidade da estimada de remuneração reside-se em vício insanável de origem, estando os termos do Edital ali discriminados, nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja preservado o certame nas atuais condições.

O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. A título exemplificativo e demonstrativo, vejamos: Consta no Anexo II – Orçamento Estimativo do edital, que o valor global para a contratação é de R\$ 60.396,80, distribuído entre os diversos municípios atendidos. Todavia, ao se analisar os valores unitários por aplicação em determinados locais, como por exemplo o município de Itiúba:

Considerando:

- Custos operacionais: Deslocamento de equipe, produtos químicos regulamentados pela ANVISA, equipamentos de proteção e logística em área rural.
- Área a ser atendida: 32 m² (conforme Anexo A), com necessidade de múltiplas intervenções por aplicação;
- Preço total do item: R\$ 33,28 (conforme Anexo II);
- O contrato abrange 4 aplicações por local em 24 meses, sendo 1 a cada semestre, como previsto nos itens do Termo de Referência;
- Os serviços exigem profissionais habilitados, insumos controlados e licenças ambientais e sanitárias específicas (vide exigências das seções 3.2 e 3.3 do Termo de Referência);
- Municípios como Itiúba, distantes dos grandes centros, impõem custos logísticos e operacionais significativos, como deslocamento, alimentação e permanência da equipe técnica;
- Conclusão: O valor unitário de R\$ 8,32 por aplicação é inviável financeiramente, inviabilizando a execução técnica adequada.

Ademais, é imperioso destacar que o aludido serviço, detém custos fixos e



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA



variáveis para a sua execução, consubstanciados em: Deslocamento (veículo, combustível, depreciação); Insumos (Produtos Químicos e material); Pessoal (Responsável Técnico, Homem Hora, Encargos); Equipamentos essenciais para execução dos serviços, assim como os Impostos devidos. O valor contraria os parâmetros de mercado para serviços especializados, que demandam licenças sanitárias, responsável técnico registrado e insumos de qualidade (Resolução RDC 622/2022 da ANVISA).

A adoção de preços inferiores ao custo mínimo estabelecido representa um sério risco à qualidade do serviço a ser prestado. Tal prática pode comprometer diretamente a conformidade com os padrões técnicos exigidos, resultando em consequências negativas como:

- Uso de produtos inadequados, que não atendem às especificações técnicas mínimas necessárias para a eficácia do serviço;
- Redução da frequência de aplicações, prejudicando a continuidade e a efetividade do tratamento ou manutenção previstos;
- Descumprimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), o que pode gerar penalidades contratuais e comprometer os resultados esperados.

Nos termos do art. 23, da Lei nº 14.133/2021, é exigido que os preços estimados na contratação pública sejam compatíveis com aqueles praticados no mercado. O descumprimento desse princípio pode comprometer a competitividade do certame, afastando potenciais licitantes e, conseqüentemente, inviabilizando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, merece amparo a presente impugnação, quanto ao entendimento acerca da impraticabilidade do preço estimado pela Administração, tendo em vista tratar-se de preço inexecutável, evidentemente inferior ao preço real de mercado.

Por isto que, a Administração deve se assegurar de que as propostas



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA



apresentadas sejam viáveis, com o fim de atingir o objetivo do certame, que é o da contratação da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 32, § 1º, X da Lei n.º 14.133/21, mas, para tanto, deve a Administração certificar a segurança do preço, mediante documentos que comprovem que, os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Logo, em sendo os valores insuficientes para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Disto é que se depreende o fato de que a Administração deve estipular como estimativa de preços, os praticados no mercado, considerando todos os custos, impostos e demais variáveis, a fim de lograr êxito não só na contratação, mais também na segurança da execução do serviço pretendido.

Pretende-se demonstrar que, em sendo mantida a estimativa constante no Edital, a possível contratada arcará com os gastos para prestar o serviço, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois, a contratante, através de sua estimativa, estará recebendo um serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo. Outrora, pode ainda ocorrer a contratação da licitante a preço inexecutável, e, conseqüentemente esta não executará o serviço objeto da licitação, o que culminará em prejuízos à Administração, assim como ao particular.

Assim, com base no princípio da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa à Administração, entende-se que a manutenção do certame sem a devida revisão dos valores pode levar à contratação de empresa sem capacidade de execução real do objeto, ou à frustração da licitação.



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA




- III - DOS PEDIDOS

Com base nos fatos e fundamentos expostos, a recorrente vem mui respeitosamente perante ao nobre pregoeiro, requerer o que segue:

1. Seja aceito o pedido de impugnação;
2. Seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível, junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos, de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão, pois os preços de referência do referido item são muito baixos (inexequíveis) frente ao tipo de serviço solicitado, do qual a nossa empresa é fornecedora e o preço estimado não cobre os custos da insumo, mão de obra, frete e impostos.
3. A republicação do edital com adequação dos valores estimados, garantindo o caráter competitivo do certame e a exequibilidade da contratação.
4. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, e favor nos enviar os três orçamentos para conferência do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital.

Aguardando V. pronunciamento, que pede e espera seja favorável, apresenta na oportunidade seus cordiais e respeitosas, saudações.

Conceição do Jacuípe, 21 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
 VICTORIA DE CASTRO FERREIRA VALADARES
Data: 21/05/2025 16:09:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Razão social: Victoria de Castro Ferreira Valadares
CNPJ: 29.709.951/0001-16
Representante: Victoria de Castro Ferreira Valadares
CPF: 050.935.235-93



www.fortcontrolba.com
Telefones: (71) 99378-9998 / (71) 99234-1242 / (71) 4141-0713
Instagram: @fortcontrol.ba
Rua Sete de Setembro, 27, Centro, Conceição do Jacuípe-BA





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

Por se tratar de Pedido de Impugnação ao edital, constante no doc SEI nº 3350291, cujo teor assim questiona: "A presente impugnação fundamenta-se na inexecutabilidade dos preços estimados no certame, os quais não se mostram compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado. Tal incompatibilidade compromete a competitividade do processo licitatório, podendo resultar na contratação de serviço com qualidade inferior, conforme alerta o art. 23, da mencionada Lei, que exige a compatibilidade dos preços estimados com os praticados no mercado".

Sendo assim, diante do quanto acima exposto, para subsidiar a Manifestação deste pregoeiro, submetemos, previamente, nos termos da condição 18.3. a) do edital, à análise e manifestação da unidade responsável pela cotação de preços.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 22/05/2025, às 09:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3350292** e o código CRC **6ED35F53**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SEAQUI

Em atendimento ao Despacho do Pregoeiro (3350292), seguem considerações.

Pleiteia-se a contratação do serviço para 104 itens, cada item correspondendo a uma edificação ocupada pela Justiça Eleitoral no interior do Estado.

Nos Estudos Preliminares, a área demandante apurou um valor de R\$ 97.733,45 (noventa e sete mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) para a solução, sendo o valor por metro quadrado correspondente a R\$ 0,41 (quarenta e um centavos). Este valor se situa razoavelmente próximo do que estimamos, de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) por metro quadrado.

Em breve levantamento, constatamos que o imóvel de menor área comporta 18,18 m², enquanto o maior estende-se por 7392 m². A área média dentre os 104 imóveis é de 573 m², e a extensão mediana é de 204,5 m².

Cada um dos imóveis possui características singulares, quanto à área, número de cômodos, localização, clima do local, infestações, etc., que inviabilizam a análise individualizada da composição dos custos em sede de estimativa, sendo razoável tomar como variável a *área* a receber o serviço, e assim foi feito, tanto no ETP quanto na estimativa desta Seção.

Por outro lado, parece-nos pertinente a argumentação da Impugnante quanto ao preço, especialmente em localidades de menor área. Foi apresentado como exemplo o imóvel em Itiúba, cujo serviço foi estimado por esta Seção sob o valor de R\$ 33,28 (trinta e três reais e vinte e oito centavos). Há que se reconhecer, ainda, que o agrupamento de itens pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote, situação que não se observaria, por exemplo, se uma desinsetizadora com sede em Itiúba fosse contratada para execução do serviço apenas naquela localidade.

Tendo em conta que nossa pesquisa pretérita (3216647) tomou como referência tão somente os preços por metro quadrado, parece-nos ser *possível um refinamento*, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior. É importante, todavia, ter em consideração que o valor total da contratação tenderá a aumentar, em caso de revisão da estimativa nos moldes que aqui vislumbramos.

Além disso, havendo notícia de que se pleiteia a redução do período de garantia dos serviços, é de se perguntar se a Administração aumentará a periodicidade das aplicações dos praguicidas, tendo em mente que isso também virá a repercutir a maior no valor total da contratação.

Ao **NUP**, em retorno.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Técnico Judiciário**, em 22/05/2025, às 12:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3351142** e o código CRC **5823BCDD**.

0022605-12.2024.6.05.8000

3351142v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

PREGÃO N.º 90005/2025

MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO.

PROCESSO SEI Nº 0022605-12.2024.6.05.8000

UNIDADE DEMANDANTE:

ASSUNTO: Análise do Pedido de IMPUGNAÇÃO ao Edital, interposto pela licitante FORT CONTROL CONTROLE DE PRAGAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob 29.709.951/0001-16, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão n.º90005/2025 cujo objeto é a contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Em 21 de maio de 2025, a empresa FORT CONTROL CONTROLE DE PRAGAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob 29.709.951/0001-16, apresentou, via e-mail, Pedido de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º90005/2025, constante no doc. SEI Nº:3350291, alegando a existência de INEXEQUIBILIDADE DOS VALORES ESTIMADOS dos preços estimados no certame, os quais não se mostram compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado. Tal incompatibilidade compromete a competitividade do processo licitatório, podendo resultar na contratação de serviço com qualidade inferior, conforme alerta o art. 23, da mencionada Lei, que exige a compatibilidade dos preços estimados com os praticados no mercado.

I. - DAS PRELIMINARES

Conforme a legislação pertinente e na forma das condições 18.1, 18.1.1. e 18.3. do edital, considerando a tempestividade do pedido de Impugnação em tela, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 18.3.b) do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Portal de Compras.

. - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, a licitante IMPUGNANTE em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. A título exemplificativo e demonstrativo, vejamos: Consta no Anexo II – Orçamento Estimativo do edital, que o valor global para a contratação é de R\$ 60.396,80, distribuído entre os diversos municípios atendidos. Todavia, ao se analisar os valores unitários por aplicação em determinados locais, como por exemplo o município de Itiúba: Considerando: □

Custos operacionais: Deslocamento de equipe, produtos químicos regulamentados pela ANVISA, equipamentos de proteção e logística em área rural.

□ Área a ser atendida: 32 m² (conforme Anexo A), com necessidade de múltiplas intervenções por aplicação;

□ Preço total do item: R\$ 33,28 (conforme Anexo II);

□ O contrato abrange 4 aplicações por local em 24 meses, sendo 1 a cada semestre, como previsto nos itens do Termo de Referência;

□ Os serviços exigem profissionais habilitados, insumos controlados e licenças ambientais e sanitárias específicas (vide exigências das seções 3.2 e 3.3 do Termo de Referência);

□ Municípios como Itiúba, distantes dos grandes centros, impõem custos logísticos e operacionais significativos, como deslocamento, alimentação e permanência da equipe técnica;

□ Conclusão: O valor unitário de o valor unitário de R\$ 8,32 por aplicação é inviável financeiramente, inviabilizando a execução técnica adequada.

Nesse sentido, continua a empresa impugnante em sua argumentação:

Ademais, é imperioso destacar que o aludido serviço, detém custos fixos e variáveis para a sua execução, consubstanciados em: Deslocamento (veículo, combustível, depreciação); Insumos (Produtos Químicos e material); Pessoal (Responsável Técnico, Homem Hora, Encargos); Equipamentos essenciais para execução dos serviços, assim como os Impostos devidos. O valor contraria os parâmetros de mercado para serviços especializados, que demandam licenças sanitárias, responsável técnico registrado e insumos de qualidade (Resolução RDC 622/2022 da ANVISA)

III. Dos Pedidos:

Diante do exposto, requer:

1. Seja aceito o pedido de impugnação;
2. Seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível, junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos, de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão, pois os preços de referência do referido item são muito baixos (inexequíveis) frente ao tipo de serviço solicitado, do qual a nossa empresa é fornecedora e o preço estimado não cobre os custos da insumo, mão de obra, frete e impostos.
3. A republicação do edital com adequação dos valores estimados, garantindo o caráter competitivo do certame e a exequibilidade da contratação.
4. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica

imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, e favor nos enviar os três orçamentos para conferência do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital.

É o relatório.

III-DO DIREITO

No que concerne ao pedido de Impugnação ao Edital, doc SEI nº3350291, formulado pela impugnante, na qual se fundamenta na suposta inexecutabilidade dos preços estimados no certame, os quais não se mostram compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado, sendo assim, diante do quanto acima exposto, para subsidiar a Manifestação deste pregoeiro, submetemos, previamente, nos termos da condição 18.3. a) do edital, à análise e manifestação da unidade responsável pela cotação de preços, no caso a SEAQUI, que assim se manifestou, doc SEI nº3351142:

Pleiteia-se a contratação do serviço para 104 itens, cada item correspondendo a uma edificação ocupada pela Justiça Eleitoral no interior do Estado.

Nos Estudos Preliminares, a área demandante apurou um valor de R\$ 97.733,45 (noventa e sete mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) para a solução, sendo o valor por metro quadrado correspondente a R\$ 0,41 (quarenta e um centavos). Este valor se situa razoavelmente próximo do que estimamos, de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) por metro quadrado.

Em breve levantamento, constatamos que o imóvel de menor área comporta 18,18 m², enquanto o maior estende-se por 7392 m². A área média dentre os 104 imóveis é de 573 m², e a extensão mediana é de 204,5 m².

Cada um dos imóveis possui características singulares, quanto à área, número de cômodos, localização, clima do local, infestações, etc., que inviabilizam a análise individualizada da composição dos custos em sede de estimativa, sendo razoável tomar como variável a área a receber o serviço, e assim foi feito, tanto no ETP quanto na estimativa desta Seção.

Por outro lado, parece-nos pertinente a argumentação da Impugnante quanto ao preço, especialmente em localidades de menor área. Foi apresentado como exemplo o imóvel em Itiúba, cujo serviço foi estimado por esta Seção sob o valor de R\$ 33,28 (trinta e três reais e vinte e oito centavos). Há que se reconhecer, ainda, que o agrupamento de itens pressupõe necessariamente custos com deslocamento a maior que o normal, visto que a futura contratada precisará deslocar seu pessoal pelos vários municípios envolvidos em cada lote, situação que não se observaria, por exemplo, se uma desinsetizadora com sede em Itiúba fosse contratada para execução do serviço apenas naquela localidade.(grifamos)

Tendo em conta que nossa pesquisa pretérita (3216647) tomou como referência tão somente os preços por metro quadrado, parece-nos ser *possível um refinamento*, para considerar serviços contratados para edificações com áreas menores, mais assemelhadas aos imóveis do interior. É importante, todavia, ter em consideração que o valor total da contratação tenderá a aumentar, em caso de revisão da estimativa nos moldes que aqui vislumbramos.

Além disso, havendo notícia de que se pleiteia a redução do período de garantia dos serviços, é de se perguntar se a Administração aumentará a periodicidade das aplicações dos praguicidas, tendo em mente que isso também virá a repercutir a maior no valor total da contratação.

Ao NUP, em retorno.

IV - DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Cumpra dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeitas harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, com fulcro no quanto contido na manifestação da SEAQUI, DOC sei nº 3351142, cujos alguns excertos seguem abaixo, entendo, smj, procedente a alegação apresentada pela empresa impugnante.

V - DA MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO.

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, e com fulcro na manifestação da SEAQUI, constante no doc SEI nº 3351142, somos favoráveis ao Pedido de Impugnação ao edital, e, nos termos da condição editalícia nº 18.2.b), submeto à Diretoria- Geral para apreciação e decisão.

Salvador (BA), 22 de maio de 2025.

Lúcio Roberto de Oliveira
PREGOEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 23/05/2025, às 08:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3351546** e o código CRC **F6AAE524**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

Segue no doc SEI nº 3351546, a manifestação do pregoeiro ao Pedido de Impugnação ao Edital, para conhecimento e Decisão da autoridade superior, nos termos da condição 18.3.b) do edital.

Por oportuno, importante ressaltar ainda que, em resposta a um pedido de esclarecimento da mesma licitante impugnante, a unidade demandante assim se manifestou, conforme doc SEI nº:3349343: "Em atenção ao despacho COSAD (doc. 3349127) que encaminha solicitação de esclarecimento a respeito do prazo de garantia de assistência técnica do serviço de controle de pragas, anteriormente previsto para 06 meses, retifico o prazo de garantia para 90 dias".



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 23/05/2025, às 07:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3352143** e o código CRC **B582671F**.

0022605-12.2024.6.05.8000

3352143v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Tendo em vista os pedidos de esclarecimentos e a impugnação ao edital do pregão eletrônico n.º 90005/2025, documentos n.ºs 3349003, 3349011 e 3350291, encaminhados pela empresa FORT CONTROL - Controle de Pragas, bem como análises da SEAQUI, da unidade demandante e manifestação do Pregoeiro, encaminhe-se à ASJUR1, para pronunciamento.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 23/05/2025, às 09:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3352313** e o código CRC **3CC80811**.

0022605-12.2024.6.05.8000

3352313v3

Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90005/2025 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta 

- Avisos (2)
- Impugnações (0)
- Esclarecimentos (2)

22/05/2025 15:20



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS NR 2 e 3:

PERGUNTA Nº1: -

A GAT (Garantia de Assistência Técnica) foi estabelecida pelo mercado com base em experiências técnicas agregadas às características biológicas e comportamentais do vetor ou da praga-alvo, do efeito residual dos produtos químicos utilizados, das condições físicas e ambientais do local que sofre a ação de controle e da metodologia de aplicação, por isso, a garantia trabalhada no mercado é de 90 dias.

PERGUNTA NR 2:

Após análise detalhada do edital do Pregão Eletrônico 90005/2025, observamos que o valor total informado para a contratação dos serviços é de R\$ 60.396,80, considerando o período de 24 meses. De acordo com o mesmo edital, está prevista a prestação de garantia por 6 meses, o que implica em 4 aplicações por local ao longo do contrato.

Dessa forma, gostaríamos de confirmar se o valor total mencionado (R\$ 60.396,80) já contempla essas 4 aplicações em cada um dos 104 locais especificados.

PERGUNTA NR 3:

Caso afirmativo, destacamos que o valor estimado por local em algumas regiões, como por exemplo Itiúba (cujo valor por aplicação éde aproximadamente R\$ 8,32), torna a execução do serviço inviável financeiramente, considerando os custos logísticos eoperacionais envolvidos.

Diante disso, solicitamos gentilmente esclarecimentos quanto à metodologia de composição do valor global estimado, bem como sobre a expectativa real de execução e garantias previstas, a fim de avaliarmos adequadamente nossa participação no certame. Caso afirmativo, destacamos que o valor estimado por local em algumas regiões, como por exemplo Itiúba (cujo valor por aplicação é de aproximadamente R\$ 8,32), torna a execução do serviço inviável financeiramente, considerando os custos logísticos e operacionais envolvidos.

Diante disso, solicitamos gentilmente esclarecimentos quanto à metodologia de composição do valor global estimado, bem como sobre a expectativa real de execução e garantias previstas, a fim de avaliarmos adequadamente nossa participação no certame.



MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO:

RESPOSTA NR 1:

RESPOSTA DA UNIDADE DEMANDANTE: Em atenção ao despacho COSAD (doc. 3349127) que encaminha solicitação de esclarecimento a respeito do prazo de garantia de assistência técnica do serviço de controle de pragas, anteriormente previsto para 06 meses, retifico o prazo de garantia para 90 dias.

RESPOSTA NR 2:

SIM, com base no quanto contido no item 5. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO, itens 5.1. a 5.2.3. do Termo de Referência, Anexo I do edital, o valor total da contratação (R\$:60.396,80) já contempla as quatro aplicações

RESPOSTA NR 3:

Senhor licitante, em resposta esclareço que para a formação de preços dos itens, a unidade responsável levou em conta o valorunitário linear de R\$: 0,26 por metro quadrado por cada etapa, sem levar em consideração a localização e a distância de cada município. Nesse sentido, vide excertos da manifestação daunidade responsável pela cotação:

"Elaboramos a estimativa por meio de consulta à ferramenta Pesquisa de Preços do Portal de Compras do Governo Federal. "Para apuração do valor estimado por item foi considerada a área total de cada logradouro vezes 4, dado que está prevista a execução em quatro etapas".

Por oportuno, informamos que a planilha de custos, que fora elaborada pela unidade responsável pela cotação dos preços, fora no Portal da Transparência deste Tribunal, no campo específico do edital.

14/05/2025 12:26



MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO::

Incluir esclarecimento





Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90005/2025 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (2)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (2)

23/05/2025 10:31



Senhores licitantes, considerando a existência de um Pedido de Impugnação ao Edital ora em análise por parte da Diretoria-Geral deste Tribunal, comunicamos que, enquanto se aguarda a análise e Decisão por parte da autoridade superior, procederemos à suspensão da abertura da sessão no sistema Portal de Compras.

Sendo assim, faremos a republicação do edital. Informamos ainda que a Decisão da autoridade superior quanto ao aludido Pedido de Impugnação será tempestivamente publicada no Portal da Transparência deste Tribunal, no campo específico.

Por fim, informamos ainda que os licitantes devem acompanhar os informes no campo específico do Portal de Compras.

22/05/2025 15:27



Senhores licitantes, oportuno registrar que existe um Pedido de Impugnação ao Edital em análise por parte deste pregoeiro, para posterior ciência e Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal, e, nos termos da condição 18.4 do edital, "as respostas aos pedidos de esclarecimentos e de impugnações ao edital serão divulgadas tempestivamente em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema Portal de Compras, nos campos específicos, dentro do prazo estabelecido na condição 18.3 acima, e vincularão os participantes e a Administração .

Incluir Aviso



Acesso à
Informação